

PEDRO II, dom

*imperador.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825. Era filho de dom Pedro I e da arquiduquesa da Áustria, Maria Leopoldina. Seus avós paternos eram dom João VI e dona Carlota Joaquina de Bourbon, e maternos, o imperador Francisco I da Áustria e Maria Teresa de Bourbon do Reino das Duas Sicílias.

Eram tempos difíceis. O pai malbaratava o prestígio ganho na Independência, dissolvendo a Assembleia Constituinte, reprimindo com violência a Confederação do Equador, envolvendo-se na guerra da Cisplatina. Cinco anos depois do nascimento do filho, a 7 de abril de 1831, o primeiro imperador abdicou o trono e regressou a Portugal. Dom Pedro foi aclamado imperador do Brasil. As aclamações da multidão e os tiros de canhão o aterrorizaram. A festa do país significou para ele o afastamento do pai, que nunca mais veria. Já perdera a mãe nove dias após completar um ano de idade.

Implantada a Regência (1831-1840), dom Pedro esteve inicialmente sob a tutela de José Bonifácio de Andrada e Silva. Mas o tutor meteu-se nas brigas regenciais defendendo a restauração do primeiro imperador e foi demitido em dezembro de 1833. O novo tutor, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, futuro marquês de Itanhaém, era um pacato militar reformado que, sob a supervisão da Câmara dos Deputados e acolitado pela aia, dona Mariana Carlota, encarregou-se de proteger o jovem imperador dos tumultos políticos dentro do palácio de São Cristóvão, onde vivia cercado dos mestres, dos empregados e de três irmãs, Januária, Paula Mariana e Francisca.

Dom Pedro foi, então, submetido a uma educação quase militar, com horários definidos para todas as atividades, que transcorriam das sete da manhã às nove e meia da noite. Tomava as refeições sem a companhia das irmãs, assistido por um médico para que não comesse demais. A conversa versava obrigatoriamente sobre temas científicos e de beneficência. O tutor regulou ainda a educação moral e literária do pupilo. O objetivo era formar um príncipe perfeito, humano, justo, honesto, constitucional, pacifista, tolerante. O futuro imperador deveria dedicar-se em tempo integral a suas tarefas, sem paixões e

protecionismos, deveria ser quase uma máquina de governar. O aio e preceptor, o sábio carmelita frei Pedro de Santa Mariana, acompanhava o imperador em todas as atividades. Entre outras coisas, inculcou-lhe o hábito da leitura que jamais abandonou e que lhe serviu de refúgio nos momentos de dor.

A adolescência passada nesse ambiente de muito estudo e poucas alegrias foi interrompida por outra guinada da política nacional. Em 1837 tinham-se definido os partidos que dominariam a política imperial, o Conservador e o Liberal. No poder, os conservadores enviaram ao Congresso projetos de lei que restringiam as conquistas liberais da Regência. Receosos de serem excluídos permanentemente do poder, os liberais promoveram em 1840 um golpe de Estado para antecipar a maioria do imperador que, legalmente, só se verificaria em dezembro de 1843. Apoiados por manifestações de rua, conseguiram a anuência de dom Pedro, então com 14 anos de idade. Tinha início o Reinado de Pedro II.

O REINADO

O jovem imperador teve grandes dificuldades para se afirmar como governante. A inexperiência fazia dele um monarca inseguro, dependente de ministros e de intrigas palacianas, num país que estava às voltas com uma guerra civil no Sul (a Farroupilha) e com as pressões da Grã-Bretanha para terminar o tráfico de escravos. Dessa época, lembrava-se mais tarde apenas da maçada das pompas reais. Somente a partir de 1844, quando os liberais foram chamados de volta ao poder, é que começou a ser reconhecido o papel de árbitro entre os partidos políticos que o imperador podia exercer e sua autoridade começou a se firmar.

Fator importante nessa afirmação foi o casamento realizado em 1843. A noiva não foi a que se esperava, pois a corte austríaca não quis fornecer uma candidata. O casamento foi então contratado com sua prima Teresa Cristina, irmã de Fernando II das Duas Sicílias. A noiva era quatro anos mais velha, baixinha, sem beleza e manca. Apesar da decepção, o casamento realizou-se. Em 1846 nasceu o primeiro filho, um ano depois veio Isabel que seria a herdeira do trono. A paternidade reforçou a autoconfiança do imperador que, ao final da década, já era senhor de suas ações e se tornara peça fundamental do mecanismo político nacional.

Em 1848 houve a última revolta provincial da série iniciada na Regência, a Praieira em Pernambuco. Nesse mesmo ano, dom Pedro chamou os conservadores de volta ao poder. Estabilizada a política, grandes medidas começaram a ser tomadas, várias delas com o incentivo, se não com a iniciativa, do imperador. A primeira, de 1850, foi a abolição do tráfico de escravos. Provocada pela pressão britânica, foi iniciativa do ministério conservador, apoiado pelo imperador. A liberação de capitais empregados no tráfico provocou o que se poderia chamar de primeiro surto de investimentos no país. No mesmo ano, foram aprovadas a Lei de Terras e o Código Comercial. No campo político, dom Pedro chamou em 1853 Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, para implantar uma política de conciliação entre os dois partidos que desde a Regência se digladiavam, às vezes de armas nas mãos. A Conciliação levou na década seguinte à formação de um terceiro partido, o Progressista, e só foi interrompida em 1868 em decorrência da Guerra da Tríplice Aliança.

Essa guerra foi o grande acontecimento da década seguinte (1864 a 1870). Ela envolveu quatro países, teve alto custo e causou enormes baixas, sobretudo no Paraguai. Dom Pedro envolveu-se totalmente na luta, alistou-se como o primeiro voluntário e não esmoreceu até que López fosse derrotado, numa atitude até hoje difícil de explicar, vinda, como veio, de um pacifista. Talvez o tenha feito por considerar a honra do país algo intocável. Na Questão Christie, causada pelo representante inglês no Brasil, Douglas Christie, sua posição também fora intransigente a ponto de levar ao rompimento de relações diplomáticas em 1863. De qualquer modo, a guerra contra o Paraguai foi um divisor de águas. Para o imperador significou um enorme desgaste físico. Seus cabelos embranqueceram. Para o país, um grande aumento na dívida externa. Na política, o último ano da guerra foi marcado pela publicação do Manifesto Republicano.

Em parte também como consequência da guerra, a questão da abolição entrou em nova fase, desta vez com o protagonismo explícito do imperador. Por sua iniciativa, foram apresentados projetos abolicionistas ao Conselho de Estado, e o governo pela primeira vez incluiu o tema em seu programa. A tarefa de fazer aprovar o projeto do Ventre Livre foi atribuída ao visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros (1871 a 1875). Para realizá-la, o visconde travou a maior batalha parlamentar do Reinado. Pronunciou 21 discursos na Câmara e no Senado e mandava seus ministros arrebanhar deputados em suas

casas para que comparecessem às sessões. Proprietários rurais, sobretudo das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, enviaram ao Congresso várias representações contrárias ao projeto. Sua aprovação em 1871 representou um grande avanço social, mas também o primeiro arranhão na legitimidade do imperador diante da classe dos proprietários rurais, esteios da ordem social. Não ajudou o fato de ter viajado à Europa antes da aprovação do projeto, deixando o governo sob a regência da princesa Isabel. Vincular a causa da abolição à herdeira era uma faca de dois gumes: dava-lhe popularidade, mas lhe tirava autoridade.

O gabinete Rio Branco, com o apoio do imperador, envolveu-se ainda em outra querela danosa para a Coroa. Trata-se do conflito com os bispos dom Vital Maria de Oliveira, de Olinda, e dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, entre 1872 e 1875. A origem de tudo foi a condenação dos maçons por Pio IX e sua expulsão das irmandades pelos dois bispos brasileiros. Rio Branco era grão-mestre da maçonaria e dom Pedro não admitia desafios à sua autoridade e desobediência às leis do Império. Os dois bispos foram condenados em 1874 e encarcerados. A posição do governo e do imperador teve grande apoio da imprensa do Rio de Janeiro. Os cartunistas, sobretudo, muitos deles republicanos e maçons, empreenderam dura campanha anticlerical, jamais vista, antes ou depois, na história do país. Apesar da anistia concedida aos bispos em 1875 pelo gabinete chefiado por Caxias, outra fratura se abria na legitimidade da monarquia ao entrar ela em choque agora com a Igreja Católica, esteio da ordem moral e religiosa. O imperador ou não se dava conta das possíveis consequências de suas posições ou, o que parece mais provável, não lhes dava importância.

A primeira viagem ao exterior, realizada entre maio de 1871 e março de 1872, aumentara a enorme curiosidade de dom Pedro pela arte e cultura de outros países, que antes só conhecia pelos livros. A tal ponto que apenas quatro anos depois decidiu empreender uma segunda viagem, passando agora pelos Estados Unidos para assistir às festas do centenário da independência, como único chefe de Estado convidado. Na república norte-americana, teve recepção calorosa. Visitou boa parte do país anotando tudo que pudesse ser aplicado no Brasil. A imprensa o festejou como imperador ianque. Depois foi à Europa, onde teve o famoso encontro com Victor Hugo que o chamou de “neto de Marco Aurélio”.

A década de 1880 começou com maus presságios. No dia primeiro de janeiro de 1880, uma

revolta popular contra o aumento de 20 réis (vintém) no preço das passagens de bonde, incentivada pelos líderes republicanos Lopes Trovão e José do Patrocínio, tomou as ruas da cidade. Era a Revolta do Vintém. A população quebrou bondes, agrediu motoristas e arrancou trilhos. Ação desastrada do comandante da tropa que guarnecia o largo de São Francisco, no centro da cidade, causou morte e ferimentos em número indefinido de manifestantes. A lei foi revogada, mas o ministério caiu e respingos da revolta não deixaram de atingir o monarca.

Tema importante da década foi a introdução da eleição direta. Eleições viciadas, sempre ganhas pelo governo, eram objeto de constante preocupação do imperador. Se o eleitorado nunca derrotava o partido que estava no governo, o chefe de Estado tinha que recorrer às atribuições do Poder Moderador para promover a rotatividade. Essa intervenção era desgastante e dava margem a acusações de abuso do poder pessoal. A lei de reforma eleitoral de 1881, apoiada pelo imperador, buscou resolver o problema introduzindo a eleição direta. De fato, daí em diante ficou mais difícil controlar as urnas. Mas a lei cometeu o grande equívoco de eliminar boa parte do eleitorado ao proibir o voto do analfabeto. O Congresso fortaleceu-se perante o Poder Moderador, mas se divorciou do país.

A grande questão dos anos 1880, no entanto, foi a abolição. Em 1884, o imperador apoiou a proposta do gabinete Dantas de libertar os sexagenários sem indenização. A reação do Congresso foi maior do que em 1871, a despeito da existência agora de forte movimento abolicionista. O imperador não usou toda a sua força, e a lei aprovada em 1885, com cláusula de indenização, desagradou a abolicionistas e a escravistas. Cresceu, então, a maré abolicionista. Com o aberto endosso da princesa Isabel, de novo na regência, o Congresso cedeu e votou a abolição em 1888. O imperador achava-se de novo na Europa, desta vez para tratamento de saúde. O apoio popular à monarquia, sobretudo entre os libertos, atingiu seu ponto mais alto.

Após o regresso do imperador, os acontecimentos precipitaram-se. Doente, ele não detinha mais o controle da política. Isabel, por sua vez, não tinha autoridade própria. A abolição sem indenização eliminara de vez o apoio dos proprietários à monarquia. Eles passaram a se voltar para a república na expectativa de que o novo regime lhes concedesse a indenização, ou por simples retaliação. O atrito do governo com os militares só veio

agravar a situação. A geração mais velha de militares que lutara no Paraguai e se acostumara a ocupar cargos políticos passou a desafiar a elite civil em nome de interesses corporativos. Seus principais representantes eram o marechal Deodoro da Fonseca e o general Câmara, visconde de Pelotas. A geração mais nova saía da Escola Militar e estava impregnada de filosofias, literatura e política. Entre as filosofias, predominava o positivismo ensinado pelo major Benjamin Constant. O positivismo considerava a república um avanço no progresso das sociedades. Os conflitos tiveram início em 1886 e culminariam no desfile militar de 15 de novembro de 1889, em que se uniram as duas gerações, a de Deodoro e a dos jovens oficiais.

Paralelamente, o movimento republicano fazia progressos, sobretudo em São Paulo. Havia clubes e jornais republicanos em várias províncias. Em São Paulo, assim como no Rio Grande do Sul, o republicanismo fundia-se com a demanda, talvez ainda mais forte, de federalismo. No caso de São Paulo, o federalismo fortalecera-se com a expansão do café no oeste do estado, início do processo de deslocamento do centro econômico do país para essa província. Outros focos importantes do republicanismo eram as escolas superiores de direito, medicina e engenharia e a Escola Militar. A abolição dera um último alento popular à monarquia, mas os republicanos percebiam, como muitos monarquistas, a crescente fragilidade do regime diante da doença e aparente desinteresse do imperador e da baixa aceitação entre as elites de Isabel e do conde d'Eu. Em maio de 1889, eles realizaram seu primeiro congresso nacional em São Paulo, do qual resultou a formação de um partido nacional sob a chefia de Quintino Bocaiúva. Embora só avisado de última hora sobre a ação dos militares, Quintino e alguns outros chefes republicanos ainda puderam participar dos acontecimentos de 15 de novembro e negociar a formação do governo provisório.

O imperador reagiu aos acontecimentos de 15 de novembro entre cético e apático. De início, não acreditou no propósito do movimento, julgando que tudo fosse fogo de palha. Depois descartou qualquer tentativa de reação. Quando lhe informaram que a república fora proclamada, retrucou que seria sua aposentadoria, já trabalhara muito. Na madrugada do dia 17 foi embarcado com a família e alguns amigos no vapor *Parnaíba* que os levou ao *Alagoas* para a viagem de exílio, tendo antes rejeitado os cinco mil contos de subsídio oferecidos pelo governo provisório.

Ainda em Lisboa, morreu-lhe a imperatriz Teresa Cristina no dia 28 de novembro. Vagou

pela Europa por dois anos, sempre negando apoio a propostas de reação monárquica que lhe eram apresentadas. Em outubro de 1891, hospedou-se no Hotel Bedford, em Paris. No dia 25, ao fazer um passeio em carro aberto pelo Sena, pegou uma pneumonia de que não se recuperou. Morreu no dia 5 de dezembro, três dias após completar 66 anos. As exéquias se realizaram no dia 9, na igreja da Madeleine, com grande pompa e honras militares prestadas pela República francesa. O corpo foi levado a Portugal e enterrado no jazigo dos Braganças em São Vicente de Fora.

Dom Pedro II governou o Brasil durante 49 anos. Nenhum outro chefe de Estado, à exceção de Getúlio Vargas, marcou tanto quanto ele a história do país. Deixou consolidada a unidade nacional, resolvido o problema da escravidão, enraizadas as instituições e as práticas do sistema representativo de governo e da liberdade de imprensa. Como homem público, foi um obcecado pelo trabalho e pelo respeito escrupuloso às leis e à ética. Apaixonado pela educação e pela cultura, foi incentivador de artistas e cientistas a quem fazia doações e distribuía bolsas de estudo. Sofreu muitas críticas, sobretudo nos últimos anos de seu governo. Criticavam-no por interferir demais e por interferir de menos. Seus escrúpulos legalistas sem dúvida o impediram de agir com mais energia em algumas causas como a da escravidão. A paz e a centralização política do Segundo Reinado podem ter refreado forças de inovação. Mas, como mostrava o exemplo dos outros países da América ibérica, a agitação política nem sempre inovava e quase sempre provocava guerras civis, golpes de estado, rompimento dos sistemas representativos de governo.

Dom Pedro passou toda a sua vida envolvido em profundo drama pessoal, que não procurava ocultar. Como Dom Pedro II, cumpria escrupulosamente seus deveres de chefe de Estado, mal suportando o peso da pompa do poder. Como Pedro d'Alcântara, suas paixões estavam no estudo, na leitura, nas viagens, no amor da condessa de Barral. Os dois Pedros uniam-se, no entanto, em uma paixão mais forte, a paixão pelo Brasil.

José Murilo de Carvalho

FONTES: BEDIAGA, B. *Diário do Imperador*; CARVALHO, J. D. *Pedro II*; LIRA, H. *História*; PEDRO II. *Conselhos*; SCHWARCZ, L. *Barbas*.